

Monárquico acusa Soares de traição

HÁ DEZ anos que Joaquim Maria Cymbron está a tentar ser julgado pelo crime de injúria — chamou traidor ao Presidente Mário Soares — e amanhã, “finalmente”, vai sentar-se no banco dos réus do Tribunal Correcional de Lisboa. O insulto foi intencional, repetido, e o réu quer ser condenado, “para que a história seja analisada através dos factos. Se o preço a pagar for a prisão, estou disposto a isso”, disse ontem ao PÚBLICO. Até três anos de prisão, prevê a lei.

Cymbron, de 48 anos, “monárquico tradicionalista”, mas “católico acima de monárquico”, fuzileiro em Angola em 74, desde sempre a viver dos seus rendimentos, afirma desde 84 que Soares “traiu Portugal ao

entregar territórios pátrios ao arrepio da lei e do que foi dito ao povo após o golpe de 25 de Abril de 1974”.

Foi a 8 de Maio de 1984, durante uma audiência num tribunal de Coimbra, onde vive, que Joaquim Cymbron insultou pela primeira vez Mário Soares: “Disse que não me admirava que, tendo o país um primeiro-ministro traidor, os tribunais andassem sem rei nem roque. O juiz não ligou mas eu fiz questão que ficasse em acta.” Joaquim Cymbron tinha a intenção de insultar Mário Soares. A acta foi remetida para o Ministério Público (MP), mas para ser considerado um crime público o ofendido teria de estar presente. Coisa que

não aconteceu, e por isso o MP não requereu julgamento. No ano seguinte, Cymbron enviou um telegrama para “São Bento ou para o Campo Grande”, a repetir o insulto. Mas como Mário Soares não apresentou queixa, não houve julgamento.

Finalmente, quando, em 1986, Mário Soares é eleito Presidente, a história muda. O artigo 362º do Código Penal, sobre a “ofensa à honra do Presidente da República”, prevê que “quem injuriar ou ofender a honra e consideração devidas ao Presidente da República será punido com prisão até três anos”. Mas o processo arrastou-se. Em Julho de 86 disseram-lhe que a procuradora do Ministério Público “ainda não tinha decidi-

do se eu tinha legitimidade para eu próprio me acusar”.

Na presidência da República “ninguém está a acompanhar o caso, é um assunto completamente desconhecido”, disse ontem a assessora de Mário Soares para a imprensa.

Cymbron acha “curioso que o sr. Presidente nunca se tenha incomodado” com o seu insulto e diz que o seu caso revela que “não há interesse dos poderes públicos e políticos” no seu julgamento. Se não, como é que se explica esta situação: “Fiz um crime e fui-me entregar, mas ninguém ligou.”

Argumentos concretos Joaquim Cymbron parece não ter. Diz que as razões que o levaram a chamar traidor a Mário Soares

são simples de entender: Chamar-lhe traidor “constitui uma atitude que vem na sequência dum comportamento que comecei a traçar desde o dia 25 de Abril de 1974”. E para se defender diz: “Com os meus brios de homem e a minha condição de português (...) não transijo, não me acomodo, não cedo um palmo quando se trata da honra (...). Se o sr. Presidente da República não é um traidor, então, para que as palavras ao menos conservem algum sentido, eu terei de passar a chamar traidores a todos os homens que, em Portugal, ainda não dobraram o joelho diante das Internacionais e, sobretudo, vejo-me na necessidade de lançar este nome sobre a memória sagrada de quantos,

ao longo de séculos, empenharam vidas e fazenda, deram tudo, nada regatearam em prol duma cruzada de civilização, a mais épica e a mais abnegada a que povo algum já se votou”.

Entre as testemunhas de Cymbron estão Francisco Bragança Van Uden, “empresário e ex-comando em Moçambique”; o capitão de Mar-e-Guerra Alberto Rebordão de Brito, “ex-fuzileiro, estava na Guiné em 1974 na sua quinta campanha, e, como ele diz, ‘não estava cansado’”; o coronel de Cavalaria José Pedro Simões Queçoriano Dias; “o dr. Miguel Corte Real, advogado”; e António Maria de Azeredo, irmão do chefe da Casa Militar de Mário Soares. ■

Bárbara Reis